



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE
Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DE 6 DE ABRIL DE 2026.

Ata da segunda audiência pública da segunda Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco, estado do Acre – Discussão do Plano Diretor do Município de Rio Branco.

Aos seis dias do mês de abril do ano dedois mil e vinte e seis, àsdez horas e dois minutos, no auditório do Tribunal de Contas do Estado – TCE/AC; sob presidência do vereador Joabe Lira, secretariado pelo vereador André Kamai; presentes ainda os edis: Elzinha Mendonça, Felipe Tchê e Zé Lopes; foi aberta audiência. Compuseram o Dispositivo de honra: Dulcinéia Benício de Araújo – presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC; Raquel Eline da Silva Albuquerque – Procuradora do Município de Rio Branco; Carmen Bastos – presidente do CREA-AC; Dandara Cristtinny Brito Lima – presidente do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Acre – CAU-AC; Jorge Wendeson Vieira Cavalcante – presidente da União Municipal das Associações de Moradores de Rio Branco – UMAMRB; Ana Cunha – técnica do Plano Diretor do Município; Laura Mamed – Auditora do TCE-AC e Wilson José das Chagas Sena – secretário municipal de Finanças. O presidente confirmou a realização de uma segunda audiência, como recomendação dos órgãos de controle. Ele explicou o rito. Deu-se início às manifestações iniciais. **Dulcinéia Benício** – presidente do TEC/AC fez uso da palavra e enalteceu a importância da discussão do referido plano: destacou a oitiva ampla das vozes coletivas para a construção de um projeto democrático que venha melhorar a vida dos munícipes. **Vereador Zé Lopes** levantou as pautas da mobilidade urbana e sustentabilidade ambiental quando da discussão do plano diretor de Rio Branco. **Wilson Pinheiro** – Sec. de Finanças do Município delineou a dinâmica urbana da capital e reiterou compromisso com a elaboração de um projeto moderno. **Raquel Eline** procuradora do Município, contextualizou a importância do tema ao passo que tratou a cidade como um organismo vivo. **Acelon da Silva Dias** – OAB/AC confirmou o compromisso da Ordem dos Advogados com a construção de um pacto social em consonância com a legalidade. **Carmen Bastos** – CREA/AC lembrou das contribuições do Conselho e projetou o sucesso do Plano. **Dandara Cristtinny** – CAU/AC alertou para o crescimento desordenado da cidade e destacou o compromisso do órgão com um projeto sustentável e preocupado com as pessoas. **Jorge Wendeson Vieira** – UMAARB sugeriu ampla e democrática discussão, com todos os envolvidos com a temática do planejamento urbanístico. **Ana Cunha** abordou a trajetória de revisão do Plano Diretor de Rio Branco. Destacou o debate da peça com os entes responsáveis. Lembrou da aprovação junto ao Conselho Municipal de Urbanismo. Pontuou observações feitas à época do encaminhamento da matéria à Câmara Municipal de Rio Branco. **Laura Mamed** – auditora do TCE/AC confirmou o andamento do processo derevisão da Lei vigente – Plano Diretor, por meio de um grupo de trabalho interno. Destacou a elaboração de estudos técnicos apresentados ao Legislativo para apreciação da matéria do Plano. Defendeu a realização de audiências setoriais, com discussões localizadas nas comunidades, dentro da realidade própria de cada segmento social. Ademais, a técnica chamou atenção para a necessidade de um documento pautado na legalidade e responsabilidade ambiental. Alertou para problemas na ordem de



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE
Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

mobilidade urbana. Aberto o período de manifestação pública. **Senhor Antônio Lima** – CREA/ACcumprimentou os membros da Mesa. Transmitiu os anseios da coletividade. Defendeu um planejamento ajustável de Estado quando da elaboração do Plano Diretor. Parabenizou os autores do projeto. **J. Cunha** – engenheiro Civil questionou nuances da previsão no Plano Diretor de regras de distanciamento dos postos de combustíveis. Criticou a qualidade do transporte público e chamou atenção do Executivo Municipal para o cumprimento do Plano em vigor. **Rodrigo Serrano** – UFAC alertou para a redução das áreas de preservação permanente e apontou possíveis consequências urbanas para a capital. **Presidente Dulcineia Benício** fez esclarecimentos sobre o Estatuto da Cidade e pontuou a garantia de oitiva ampla quando das discussões. Em tempo, corroborou a fala do professor Serrano sobre a preservação ambiental. **Francisco Messias** – IBAMA, cobrou a execução do Plano, bem como maior fiscalização da ocupação das áreas de preservação permanente. Ainda, defendeu políticas públicas voltadas à conscientização e boa prática sustentável. **Senhor Márcio** – FIEAC, comunicou a protocolização de documento com pontos sensíveis aos interesses dos distritos industriais. Conselheiro **Ronald Polanco** sugeriu ações de recomposição de florestas e replanejamentos urbanos, haja vista a mudança de comportamento do curso dos rios, igarapés e alterações nos ciclos de chuva. Defendeu o fortalecimento da política ambiental, como investimentos em equipamentos de controle florestal e agropecuária sustentável. Doutora Dulcineia fez apontamentos e observações à fala. **Senhor Aldemir** trouxe preocupação quanto ao regramento de distância entre os postos de combustíveis. Solicitou a revisão junto aos parlamentares. **Senhor Márcio Chaves** – Sindicato dos Postos de Combustíveis, leu manifestação do presidente da classe: em defesa da garantia da ordem, mercado sustentável, planejamento urbano, crescimento e segurança populacional. Discussão e contrapontos sobre a dinâmica de distribuição dos postos. **Ana Cunha** fez um apanhado das falas e procurou tecer esclarecimentos. Rechaçou alterações nos dispositivos de alteração das unidades de preservação permanente. Em relação à inexecução dos planos diretores, a técnica contrapôs a afirmação e garantiu o Plano Diretor como ferramenta indispensável. Ademais, esclareceu nuances sobre o processo de ocupação residencial dos distritos industriais e confirmou, somente, a abertura de poucas exceções. Por fim, sobre o regramento dos postos, disse haver divergências a serem resolvidas entre os envolvidos. **Laura Mamedse** embasou na Constituição e Estatuto das Cidades para tratar da política urbana. Lamentou a ausência maciça das comunidades na presente audiência. **Vereadora Elzinha Mendonça** refletiu sobre sua responsabilidade enquanto parlamentar diante da elaboração e aprovação do Plano Diretor, seus impactos e implicações. Em tempo, sugeriu campanhas de maior alcance da temática do projeto urbanístico do Município, de forma e em linguagem acessível às diversas camadas sociais. **Vereador André Kama** cobrou posicionamento efetivo da prefeitura quanto à elaboração do Plano Diretor. Evidenciou a falta de visão da gestão estadual para a logística de desenvolvimento industrial do Acre. Externou preocupação diante de uma discussão rasa. Atestou incapacidade técnica da Câmara, nesses moldes de debate e acúmulo de material, para votação do Plano Diretor. **Vereador Felipe Tchê** pregou cautela e responsabilidade quando da deliberação da matéria objeto do referido plano urbanístico de Rio Branco. Lembrou de agendas com os atores envolvidos na construção do Plano em debate. E, adiantou emendas às áreas de Expansão comercial, logística de cargas pesadas e diminuição de poluentes. José Wendeson lamentou a falta de convite aos representantes de bairros quando das deliberações sobre o Plano. Sugeriu agenda nas comunidades. **Acelon da Silva Dias** – OAB/AC parabenizou os



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE
Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

técnicos autores do projeto e também defendeu a discussão democrática da matéria. **Ana Cunha**, nas suas considerações finais: lembrou da apresentação, em novembro de 2025, do Plano Diretor do Município, em contraponto ao exposto pelo vereador Kamai. Colocou-se à disposição para esclarecimentos sobre a temática. **Conselheiro Polanco** em suas considerações finais: defendeu a criação de um plano de infraestrutura ecológica e sua posterior apresentação em espaços públicos, como escolas. Alertou para a reincidência de desastres naturais. Momento de discussão sobre o processo de ocupação irregular das áreas ambientais. **Presidente Dulcinéia**, nas suas considerações, defendeu a construção coletiva do Plano Diretor. Encampou a proposta de devolução do projeto ao Executivo para a discussão ampla, pertinente e necessária. Neste momento, o presidente Joabe Lira fez suas considerações e encerrou o período de falas. Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada às treze horas e quinze minutos, e, para os devidos fins, foi lavrada a presente ata que, após ser lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por ele, Presidente, e, por mim, Secretário:


JOABE LIRA
Presidente


ANDRÉ KAMAI
Secretário